

Ato histórico une Educação, Saúde e Segurança

Várias ações do GDF comprometem a continuidade de projetos pedagógicos defendidos pela comunidade.

Página 9

Professores e agentes que trabalham no sistema prisional realizam seminário para discutir educação nos presídios.

Página 5



Cerca de 10 mil pessoas (e não quatro mil como afirmou a grande im-prensa) participaram no dia 22 de março de ato que reuniu os servidores das Secretarias de Educação, Saúde e Segurança Públicas. Foi a primeira grande manifestação convocada pelo Fórum formado pelos sindicatos destas áreas, que tem a finalidade de fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional do DF.

Vamos continuar mobilizados em defesa do direito à licença-prêmio, pelo reajuste de 14,14% em nossos salários e por mais respeito ao servidor, que, no início do governo Arruda, tem sido tratado como o grande vilão das contas públicas. Veja todos os passos da nossa mobilização e os dados sobre a forma como o GDF esconde que não aplica o que deveria em Educação nas **páginas 6 e 7**



O auditório da Câmara Legislativa (foto) foi pequeno para abrigar as centenas de servidores que atenderam ao chamado dos sindicatos para protestar contra o projeto que transforma a licença-prêmio em licença capacitação. A mobilização dos servidores levou o líder o governo a retirar o projeto, mas o GDF não pretende desistir da proposta, por isso continuaremos atentos para lutar contra a retirada desse direito histórico da categoria. **Página 3**

PROFESSOR, ANOTE NA SUA AGENDA

12/04 - 10h

Assembléias regionais nos locais de sempre.

18/04 - 9h30

Assembléia geral com paralização no Centro Administrativo do GDF em Taguatinga.

25/04

Paraliação Nacional da Educação com Ato Público em Brasília.

Editorial



GDF culpa professores pelo caos na educação

A considerar os três primeiros meses de governo de José Roberto Arruda, os professores do Distrito Federal terão uma tarefa árdua no que diz respeito à manutenção dos direitos duramente conquistados pela categoria.

O fato de ter sido a primeira categoria a protestar - no dia 3 de janeiro - contra a falta de organização e reivindicar o pagamento de salários atrasados, transformou os educadores do Distrito Federal em inimigos do "rei".

Como resposta aos protestos, os representantes do GDF e o próprio governador declararam nos meios de comunicação que haviam herdado avultada dívida do governo anterior e que, por esse motivo, não teriam condições de pagar as férias dos professores na data correta. Na mesma semana, o Sinpro alertou a população para o fato de que os salários dos educadores não dependem dos recursos do GDF e sim do repasse oriundo do Fundo Constitucional.

Esse alerta fez com que os representantes do GDF assumissem, primeiramente, que haviam desviado os recursos do Fundo para o pagamento de outras faturas - sem informar, no entanto, que faturas são essas. Logo após, direcionaram as armas para os professores e passaram a utilizar a estratégia mais fácil para tentar desestabilizar uma categoria organizada: a calúnia. Os educadores que conquistaram o di-

reito de usufruir da licença-prêmio passaram a ser considerados como marajás. Os professores que adoecem viraram cúmplices de fraudadores do sistema de saúde.

As matérias "plantadas" pela GDF na imprensa local sobre o tema das licenças-prêmio, licenças médicas e do salário dos professores, entre outras, acirraram ainda mais o clima de confronto entre a categoria e o novo governo do DF. Em recente entrevista, a secretária declarou novamente que a remuneração dos educadores do DF é a maior do Brasil, ratificando a sua tese de que a categoria não tem do que reclamar nesse ponto. Talvez por desconhecer a realidade do Distrito Federal, não sabe que a categoria dos professores, entre aquelas que exigem nível superior, é a que recebe o menor salário no DF.

Todas as ações do novo governo do DF apontam para o sentido contrário às promessas feitas durante o período eleitoral e isso demonstra, entre outras coisas, que o projeto neoliberal de José Roberto Arruda promete ser mais incisivo e destruidor que aquele que estava em curso durante o governo Roriz. Com essa suspeita, cai por terra uma relação harmoniosa entre a categoria e o governo local. O governo optou por entrar em confronto com os professores e criar fatos interessantes apenas para a mídia, com enormes prejuízos para a sociedade.

Artigo

Quem ainda acredita em Veja?

A revista Veja desempenhou importante papel num período recente da história do Brasil. Durante a ditadura, no período das lutas pela redemocratização do país, a Veja, sob direção do jornalista Mino Carta, era um espaço importante na divulgação, na denúncia e na análise dos fatos que levavam a sociedade a se mobilizar contra o autoritarismo. A postura da revista naquele período a transformou na maior revista semanal do país.

Mas os tempos da ditadura se vão longe. Mino Carta deixou a revista, foi para a Istoé e, depois, fundou a Carta Capital, onde até hoje se encontra. E a Veja, aonde foi parar? Bem, essa é outra história. A revista, de veículo de comunicação independente, se tornou no principal pasquim da direita brasileira.

A coisa começou a piorar com o início do governo do governo FHC e sua tropa neoliberal. A partir daquele momento, a revista assumiu para si a tarefa de defender, sob todos os aspectos, as privatizações das empresas, a demissão de funcionários, a submissão aos EUA, etc. E aí de alguém - fosse político, cidadão comum, ou entidade organizada da sociedade civil -, que tivesse a petulância de se opor ao projeto tucano/pefelista.

Lembro-me do tratamento dado pela revista à greve dos trabalhadores petroleiros em 1995. A ordem de governo era transformar os grevistas em inimigos do projeto de "modernização" do país e a Veja era o principal instrumento "formador" da opinião pública. Os erros do governo eram tratados como obra da natureza. O apagão de 2001, por exemplo, foi culpa de São Pedro. Quando uma plataforma de Petrobras afundou, não

houve culpados.

A defesa cega do governo FHC tinha por trás outras causas, além da afinidade político-ideológica com o neoliberalismo. Soube-se, posteriormente, que o sistema de edição, impressão e distribuição de livros didáticos foi a aliança que sacramentou o casamento da Editora Abril (dona da Veja) com o governo FHC.

No âmbito internacional, Veja apoiou a invasão norte-americana ao Afeganistão e a ocupação do Iraque; na Venezuela, comemorou efusivamente o frustrado golpe de estado contra o presidente Hugo Chaves e se deu mal. Nesse caso, como a tentativa de golpe ocorreu numa sexta-feira e durou cerca de 48 horas, no domingo seguinte Veja estampava uma foto de Hugo Chaves com a manchete: "caiu o presidente fanfarrão!" Foi muito engraçado, porque no momento em que os leitores iam às bancas comprar a revista, Hugo Chaves já estava de volta ao poder.

Até hoje, a Veja não teve coragem de pedir desculpas aos leitores. A propósito, pedir desculpas, assumir erros, corrigir informação errada são posturas que não combinam com a chamada "grande mídia" brasileira e muito menos da Veja. Durante os últimos quatro anos, a Veja se esmerou em confundir, caluniar, difamar a todos aqueles que ousassem defender um Brasil diferente daquele propagandeado em suas páginas; chegou a pedir o impeachment do presidente Lula, dando voz a figuras repugnantes da República, tais como ACM e Jorge Bonhausen. Sabe-se que o ódio ao governo Lula foi causado, provavelmente, pela recusa daquele em man-

ter o casamento MEC/Editora Abril. Para compensar os prejuízos financeiros, a saída foi se associar com um grupo sul-africano, ligado ao antigo regime racista naquele país conhecido como apartheid.

Veja consegue juntar alguns dos piores personagens entre seus colonistas. Há um sujeito chamado Reinaldo Azevedo que escreve coisas que dão ânsia de vômito; o "consultor" de educação dá a impressão de que todo jovem pobre deve se preparar apenas para continuar alimentando as elites de privilégios; e uma figura chamada Diogo Mainardi consegue ser, ao mesmo tempo, fascista e neurótico - engraçado, nunca!

A última da Veja foi afirmar que nós, professores do DF, sofremos de "preguicite aguda". De uma coisa temos certeza: alguém plantou aquela nota na revista; alguém que deve despachar no Centro Administrativo do GDF. Afinal de contas, existe um ditado que diz que jaboti não sobe em árvore - alguém o coloca lá. A nota publicada é mentirosa, desrespeitosa, típica de Veja. Outra certeza: existem interesses políticos e econômicos por trás da nota. Eu, professor, confesso que não levei muito a sério; afinal, diga-se de passagem, nem a Veja consegue se levar a sério!

Muitos colegas têm cobrado da diretoria uma atitude sobre a tal nota. O Sinpro já pediu direito de resposta e irá processar judicialmente a revista, mas uma atitude bem mais simples pode ser tomada por cada um dos professores: parar de comprar a veja. Eu parei há muito tempo!

Antonio Lisboa
Diretor do Sinpro

EXPEDIENTE

Sinpro-DF: sede: SIG, Quadra 6, lote 2260, Brasília-DF

Tel.: 3343-4200 / **Fax:** 3343-4207 - **Organização**

3343-4231 - **Imprensa** e 3343-4219 - **Jurídico.**

Subsede em Taguatinga: CNB 4, lote 3, loja 1. **Telefax:** 3562-4856 e 3562-2780

Subsede no Gama: SCC, bloco 3, lote 21/39, sala 106.

Telefax: 3556-9105

Subsede em Planaltina: Av. Independência, quadra 5, lote 8, Vila Vicentina. **Telefax:** 3388-5144

Site: www.sinprodf.org.br

e-mail: imprensa@sinprodf.org.br

Secretaria de Imprensa: Lisboa, Nonato e Valeska

Jornalistas: Junia Lara e William Aguiar

Fotografia: Welber Souza - **Diagramação:** Wellington Braga

Impressão: Gráfica Plano Piloto - **Tiragem:** 30.000 exemplares

Distribuição gratuita. Permitida a reprodução, desde que citada a fonte

Diretoria Colegiada do
Sindicato dos Professores no DF

Adalberto Duarte de Oliveira
Andreia Cristina Souza
Antonio Ahmad Usuf Dames
Antônio de Lisboa A. Vale
Berenice Darc Jacinto
Carlos Garibel
César Santos Ferreira
Cláudia de Oliveira Bullos
Cláudia M. Amaral de Souza
Cleber Ribeiro Soares
Denilson Bento da Costa
Francisco Barbosa
Francisco Joaquim Alves
Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Ilson Veloso Bernardo
Isabel Portuguese de S. Felipe
Izac Antônio de Oliveira
Jalma Fernandes de Queiroz
José Antônio Gomes Coelho
José Norberto Calixto

José Raimundo S.Oliveira
Lânia Maria Alves Pinheiro
Márcia Gilda Moreira
Marco Aurélio G. Rodrigues
Maria Augusta Ribeiro
Maria Bernardete D. da Silva
Maria José Correia Muniz
Misaél dos Santos Barreto
Nazira Clotilde da Silva
Nelson Moreira Sobrinho
Raimundo Nonato Menezes
Rejane Guimarães Pitanga
Robson de Paiva Salazar
Rosilene Corrêa Lima Miranda
Rosimeire do Carmo Rodrigues
Sebastião Honório dos Reis
Valdenice de Oliveira
Valesca Rodrigues Leão
Washington Luis D. Gomes

Educação

Os governos neoliberais têm sim um projeto para a educação

“Não se trata de política conspiratória, é sim uma política efetiva, que é apresentada de forma fragmentada, mas cujos objetivos são os mesmos: a redução do tamanho e das funções do Estado e a ampliação da participação da iniciativa privada na Educação”. A afirmação é da diretora do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp), Maria Izabel Noronha, que juntamente com Hilário, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindUTE), relataram em debate no Sinpro as consequências para a educação das políticas implementadas nos dois estados pelos governos tucanos.

No entendimento deles, a reforma educacional vendida como condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país é baseada nas propostas do Banco Mundial e outros organismos financiadores internacionais. Começou a ser implantada em 1995, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso e do ministro da Educação Paulo Renato. Derrotados nas urnas em nível nacional, seus executores são responsáveis pelo retumbante retrocesso na qualidade da educação na rede estadual de ensino do estado de São Paulo.

Para comprovar isso, basta analisar os dados do Saeb (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), aplicado em 2005, que testa conhecimentos de português e matemática em estudantes da 4ª série e da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. São Paulo foi o Estado onde as médias mais caíram nas provas de 8ª série de 95 a 2005.



Representantes de SP, DF e MG expõem a situação educacional em seus estados

Seja em língua portuguesa, seja em matemática, o desempenho da rede oficial paulista decaiu mais rapidamente que no restante do país. A média nacional em matemática caiu de 253 para 240 pontos (em 500 possíveis), de 1995 a 2005, na 8ª série de todas as redes (estaduais, municipais e privadas). Nas escolas estaduais de São Paulo, estava um pouco acima (255) dessa média em 1995, mas ficou aquém (230) em 2005. Esses resultados levaram a Folha de São Paulo a qualificar como “desastre” o legado de três governos estaduais tucanos na gestão educacional.

Estratégia perversa

A estratégia neoliberal para vender as suas reformas é maquiavélica, segundo Maria Izabel. Muitas das medidas educacionais e pedagógicas adotadas na gestão do PSDB em São Paulo são reivindicações históricas dos setores progressis-

tas da sociedade em defesa da qualidade do ensino. É o caso dos ciclos, das salas ambiente, da flexibilização curricular, das classes de aceleração, da avaliação, entre outras.

O problema é que, esvaziadas de seu conteúdo e implementadas sem os requisitos necessários para alcançar os resultados pretendidos, apenas escamoteiam a diretriz de desresponsabilização do Estado e a política de redução dos gastos com a educação.

A implantação dos ciclos, por exemplo. A progressão continuada implementada significou, na prática, a simples aprovação automática dos alunos, muitos dos quais chegam às últimas séries do ensino fundamental mal sabendo ler e escrever. Os ciclos foram introduzidos de forma desarticulada das condições estruturais das escolas, sem preocupação com a faixa etária e a capacidade cognitiva das crianças, sem projetos pedagógicos que

os sustentassem, sem a definição de políticas de formação inicial e contínua dos profissionais da Educação. Para se fazer da maneira certa seriam necessários mais recursos, que não foram aplicados.

A avaliação é outro exemplo. Nós sempre defendemos que ela estivesse articulada com o projeto pedagógico da escola, para que, a partir de seus indicadores, os gestores pudessem estabelecer estratégias para o aperfeiçoamento do sistema e dos educadores. Na reforma neoliberal, a lógica é invertida: ao invés de ser subsidiadora das práticas educacionais, ela legitima a política educacional excludente, e é usada até mesmo para definir os critérios para a distribuição dos recursos.

Em 2001, mais uma vez em São Paulo, chegou-se a divulgar que as escolas passariam a ter uma “faixa” em suas fachadas: azul para as escolas ‘satisfatórias’, laranja para pou-

co ‘satisfatória’ e vermelha para as ‘insatisfatórias’! Imagine o reflexo de tamanha sandice para a auto-estima dos filhos da classe trabalhadora, com a realidade caótica das escolas de periferia.

Na avaliação do professor Antônio Carlos Hilário, diretor do SindUTE, o desafio dos sindicatos é o de mostrar para a sociedade que não somos contra a avaliação do rendimento dos alunos, dos professores, ou da instituição. Mostrar que reforma não significa necessariamente progresso, que mudanças estruturais no sistema educacional brasileiro são urgentes, mas não para atender aos interesses em transformar a Educação em mercadoria.

“Não podemos ser apenas do contra. Nossa atuação, nossa história de luta, nos credencia a apresentar nossas propostas e mostrar por que elas são melhores para educação dos nossos filhos” entende ele. Também em Minas Gerais o governo do tucano Aécio Neves atacou a categoria dos professores. A discussão sobre o Plano de Carreira, que evoluía bem durante a gestão de Itamar Franco e seu secretário de Educação, Murílio Hingel, não seguiu adiante.

Lá também a imprensa não publica nada que questione o governo estadual e os professores têm enorme dificuldade de levar o seu ponto de vista a respeito das medidas implementadas na Educação. Como em São Paulo, o governo criou “ilhas de excelência” em algumas escolas e, com um marketing poderoso, vende a idéia como se fosse uma grande revolução na Educação.

Deputados se unem aos servidores pela retirada do projeto que extingue a licença-prêmio

“Vamos lutar a cada minuto para derrubar esse projeto. A economia de recursos do GDF não pode ser feita às custas dos servidores”. A afirmação é da presidenta da Central Única dos Trabalhadores do DF (CUT-F), Rejane Pitanga, em audiência pública realizada no último dia 15 na Câmara Legislativa para debater o projeto de lei nº. 87/07, que propõe o fim da concessão da licença-prêmio para os servidores. Há muito tempo o auditório da

Câmara Legislativa não ficava tão cheio. Estavam presentes inúmeros parlamentares, representantes dos diversos sindicatos de servidores do DF e trabalhadores de todas essas categorias, que lotaram o plenário.

Explicações

Segundo a presidenta da CUT, professora Rejane Pitanga, “sob o discurso da eficiência o governo quer jogar nas costas dos servidores mazelas que não são nossas, como a corrupção, a ineficiência e o

desvio de recursos públicos”. Afirmou ainda que é inverdade de dizer que o projeto existe para capacitar os servidores, pois isso já existe nas carreiras e deve ser aprofundado, mas não dessa forma. Não somos contra a política de formação continuada, já que antes de servidores públicos somos servidores do público, enfatizou.

A audiência foi iniciativa do bancada do PT na Câmara Legislativa, em atenção a pedido feito pela CUT-DF e sindicatos dos servidores públicos do Distrito Federal.

O líder do governo na Câmara Legislativa, deputado Paulo Roriz (PFL), bem que tentou se explicar, mas foi sistematicamente vaiado pelo plenário. Disse que a iniciativa do governador é para que o projeto seja discutido e lembrou que política similar já existe em âmbito federal desde 1997 – justamente no governo FHC, do qual Arruda era líder no congresso.

Josélia de Medeiros, subsecretária de Gestão de Recursos Humanos também tentou defender o projeto do governador, alegando que o projeto não prejudica aqueles que já gozaram da licença-prêmio, cujos “quinquênios estão mantidos”. Disse que é apenas uma “nova regra para valorizar os servidores”, recebendo uma sonora vaia.

A mobilização dos servidores levou o líder do governo a retirar o projeto, mas o GDF já anunciou que não mudará de idéia e voltará a apresentar a proposta. Ou seja, devemos continuar mobilizados para impedir a retirada do nosso direito.

Privados de liberdade, mas não de educação



Foram três dias de debates, com mesas redondas sobre vários assuntos relativos à educação penitenciária.

Entre os dias 5 e 7 de fevereiro deste ano, o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) e a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (Funap-DF) realizaram o I Seminário de Educação Prisional do Distrito Federal – Educando para a liberdade. Participaram os docentes e profissionais envolvidos no tema referente à educação penitenciária no Distrito Federal, bem como policiais, agentes penitenciários e representantes de ONGs que trabalham com a socialização de presos.

Com o seminário, rompeu-se uma tradição de silêncio sobre o assunto, ao mesmo tempo em que se avançou no sentido de construir uma sociedade diferente, que considere as pessoas com privação de liberdade como cidadãos e cidadãs, detentores de direitos e deveres.

A abertura do evento contou com a presença de Frei Betto, teólogo e escritor que brindou a todos com o relato de suas experiências como preso político no tempo da ditadura militar, quando ficou encarcerado por quatro anos. Ter vivido sob um sistema de privação da liberdade, mesmo que por motivos diferentes da maioria da atual população carcerária, imprimiu ao depoimento de Frei Betto a propriedade do testemunho de alguém que viveu os horrores cometidos pela ditadura.

Segundo o teólogo, as causas da criminalidade têm a ver com a deterioração do sistema educacional e não com a miséria. O tema da palestra de Frei Betto foi “Educação como instrumento de inserção social”, na

qual a platéia percebeu a importância da organização de setores que hoje se encontram excluídos da sociedade.

Foram três dias de debates, com mesas redondas sobre vários assuntos relativos à educação penitenciária. A primeira mesa realizada na manhã do dia 6 de fevereiro teve como tema a “Perspectiva oficial do governo com relação à educação de jovens e adultos do Sistema Penitenciário”, seguida por outra que tratou dos aspectos da segurança. Com muita firmeza, os palestrantes discorreram a respeito da Lei de Execução Penal, questões laborais e inserção social da população carcerária. Todos esses temas relacionados com a questão da educação.

Ao final do evento, os profissionais envolvidos e os convidados apresentaram uma proposta com 31 sugestões de ações a serem desenvolvidas para a educação nas prisões. As sugestões foram encaminhadas para a Direção da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – Funap-DF, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF, Secretaria de Estado de Educação do DF, Secretaria de Segurança Pública do DF, Ministério da Justiça (Departamento Penitenciário Nacional – MJ-Depen), Ministério da Educação (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa (CL-DF), Subsecretaria do Sistema Penitenciário (Sesipe), Sindicato dos Professores do DF (Sinpro-DF), Vara de Execuções Criminais (VEC) e Ministério Público (MP).

Artigo

Educar é transformar a realidade para melhor

Um bom projeto educativo sempre foge dos espaços destinados para a sua execução. Isso ocorre porque o ser humano pode aprender e descobrir coisas em qualquer espaço e, o que é melhor, tem a capacidade de ampliar sua compreensão dos fatos e objetos, mesmo sob pressão. A sala de aula, aquele local que os ocidentais acreditam há séculos ser o lugar de produção do conhecimento, não é o único local possível para essa ocorrência. A consciência disso, no entanto, é o que diferencia um projeto que defende ser a educação uma maneira de doutrinar pessoas de um projeto político libertador, no qual educar é uma maneira de transformar a realidade para melhor.

Falar sobre educação no Brasil é tratar de projetos distintos; o Estado tem um e a sociedade espera e luta por outro. Infelizmente, a proposta experimentada e vivida atualmente por todos não é exatamente a que leva ao melhor resultado. O que vemos é uma distorção de princípios básicos da Educação. Um desvirtuamento que atinge pessoas desde as primeiras séries

destrói a possibilidade de valorização do trabalhador da Educação, transformando numa espécie de professor-vendedor, cujo objetivo é o cumprimento de uma meta de aprovação, independentemente do desempenho do aluno, pois dessa meta depende o seu salário.

Num plano geral não se consegue ter uma idéia exata de como o Estado investe na falta de educação. A melhor maneira de entender a diferença entre esses projetos políticos para o sistema educacional público é valendo-se de exemplos do cotidiano das escolas, vividos por professores e alunos em estados e municípios da federação. São as determinações dos governos locais que orientam as ações pedagógicas a serem implementadas nas escolas. Enquanto se discute financiamento da educação pública no âmbito nacional, muitos estados e o Distrito Federal

A melhor maneira de entender a diferença entre esses projetos políticos para o sistema educacional público é valendo-se de exemplos do cotidiano das escolas, vividos por professores e alunos em estados e municípios da federação.

lançam mão de estratégias no campo legal para corroborar seus projetos.

Um bom exemplo de como alguns estados investem na “deseducação” ocorre na capital da República, que

passou oito anos sob a batuta do peemedebista Joaquim Roriz (1998-2006) e agora se prepara para um mandato de quatro anos sob a orientação do pefelista José Roberto Arruda (aquele deputado que fraudou o painel eletrônico da Câmara Federal e renunciou ao mandato para não ser cassado). No Distrito Federal, a maioria das escolas públicas teve suas salas de leitura extintas por determinação da Gerência Regional de Ensino (GRE), sem qualquer consulta aos que utilizavam aqueles espaços. As salas de leitura, que mostraram-se fundamentais para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, foram desconsideradas no projeto educacional implementado pelo governo Roriz. O governo de José Arruda resolveu continuar com as mesmas diretrizes adotadas pelo antecessor.

Conhecido pela boa qualidade de ensino e também pelo fato da quase totalidade de seus educadores possuir formação de nível superior (um número inexpressivo dos professores do DF – que não chega a 1% – não tem diploma universitário), o Distrito Federal vive uma situação que beira o caos. Há carência de educadores, as condições físicas das escolas é algo deplorável e o salário dos professores é o menor entre as carreiras de nível superior. O discurso das autoridades locais, no entanto, tenta mostrar

exatamente o contrário.

De acordo com declarações da atual secretária de Educação do DF, Maria Helena Guimarães, o salário dos professores é o melhor do Brasil e a culpa da situação caótica do sistema educacional é dos educadores, que usufruem de benefícios como licença-prêmio por assiduidade e – vejam só – adoecem muito, entrando de licença-médica e saindo da sala de aula. Enquanto isso, vândalos invadem as escolas e roubam as telhas, as louças dos banheiros, consomem e traficam drogas, entre outras coisas.

Para o Sindicato dos Professores do DF, que é uma instituição cujo objetivo primeiro é lutar por melhorias nas condições de vida e de trabalho de seus representantes, o que ocorre neste caso é uma transferência de responsabilidade; uma estratégia política que conta com a ajuda de boa parte da mídia. Algo que funciona, por parte do GDF, com um discurso desconectado da realidade, mas planejado de maneira minuciosa. Enquanto os representantes do GDF declaram estar realizando obras e repensando o sistema educacional, diretores de escolas obrigam professores a assinar listas que comprovem suas participações em assembleias da categoria, a fim de cobrar reposição de aulas.

Exemplos não faltam de como a prática está desassociada do discurso, principalmente quando os executores e oradores são representantes do GDF. Projetos educativos abandonados, materiais sucata, precariedade na estrutura física, professores devolvidos sem justificativa para a rede, falta de segurança, cassação de direitos e vilipêndio da categoria dos educadores. Essa é a realidade, que atinge não apenas os trabalhadores da Educação no DF, mas toda a comunidade que deveria usufruir desses serviços que são de responsabilidade do Estado (leia-se governo distrital, no nosso caso).

O Estado existe para garantir o acesso de todos aos serviços essenciais. Essa é sua tarefa e o seu projeto político não pode ser contrário a isso. Os cidadãos, por outro lado, precisam ver a contrapartida dos impostos que pagam, pois é dessa forma que sustentam o Estado e contribuem para o bem-estar coletivo. O conflito entre o Estado e os cidadãos surge quando há uma discrepância insuportável entre os projetos políticos dessas duas partes.

Lutar pela melhoria do cotidiano é uma tarefa não apenas de responsabilidade dos sindicatos de classe. Toda a sociedade deveria mobilizar-se por isso, ainda mais quando o bem resultante, a Educação, é parte essencial do processo de construção do cidadão, do sujeito consciente de seus direitos e deveres.



Onde está o dinheiro?

A Câmara Federal ainda não votou a Medida Provisória nº 339, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A relatora, deputada Fátima Bezerra (PT-RN), acredita que, antes do final do mês de março, a medida deve ser votada no plenário e encaminhada ao Senado Federal. Não havendo modificações, a MP ainda passará por uma sessão do Congresso Nacional.

Outra questão ainda não resolvida está relacionada com os valores mínimos a serem aplicados nas diversas etapas do ensino (Infantil, Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos). Uma comissão formada por representantes dos estados, muni-

cípios e do Governo Federal ainda não chegou a um consenso sobre esses valores, pois o dinheiro virá não apenas da União (em forma de complementação), mas de impostos estaduais e municipais.

O que vai determinar quanto cada estado ou município receberá depende do número de alunos matriculados nas instituições de ensino. Com relação à educação infantil – que está sob responsabilidade dos municípios – e ao ensino médio – oferecido pelos Estados – não há qualquer complicação. Porém, o ensino fundamental é oferecido tanto pelos municípios quanto pelos estados e é exatamente aí que a destinação dos recursos pode encontrar obstáculos. Só para se ter uma idéia, o investimento apenas do governo federal para o ano

de 2007 é de R\$ 2 bilhões. Somado às arrecadações estaduais e municipais, esse valor poderá subir para 43 bilhões.

Se depender da batalha política travada no Congresso Nacional, esses recursos podem demorar a chegar ao destino. A situação pode prolongar-se até que o Fundeb se transforme numa moeda de troca interessante para os parlamentares dos partidos que não compõem a base aliada do governo.

Paralelamente a isso, ainda há outros assuntos a serem resolvidos, que não estão previstos na MP do Fundeb, como o pagamento de professores aposentados e a questão do piso salarial da categoria. O governo federal garantiu que, no prazo de 120 dias, enviará um projeto de lei ao Congresso tratando desses temas.

Justiça determina retratação pública por injúria contra professora

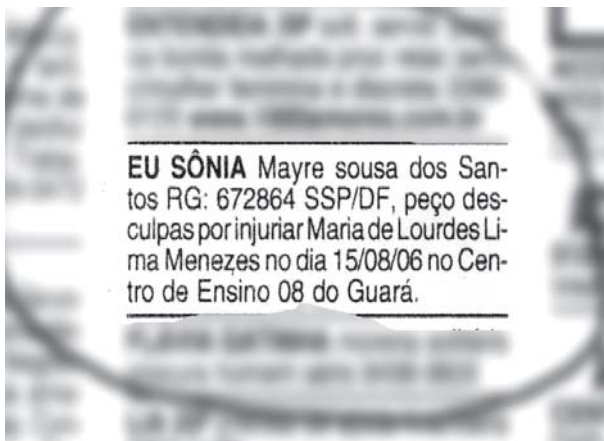
O 2º Juizado Especial de Competência Geral do Guará determinou que a mãe de aluno Sonia Mayre Souza dos Santos se retratasse por escrito por injúria proferida contra a professora orientadora Maria de Lourdes Lima Menezes no dia 15 de agosto de 2006, no Centro de Ensino 8 do Guará. Como a ré aceitou se desculpar publicamente, o Ministério Público arquivou a ação movida pela professora.

A professora Maria de Lourdes afirma que tentou

conversar com a mãe que compareceu à escola para assinar uma advertência do seu filho. Mas ela reagiu agressivamente, injuriando e menosprezando o tra-

balho de orientação realizado pela educadora. Diante disso, a professora decidiu prestar queixa na delegacia da mulher. “Não podemos aceitar que nos agredam em nosso ambiente de trabalho”, afirmou ela.

O Sindicato reafirma sua disposição de apoiar os professores que se sentirem agredidos ou atingidos em sua honra a buscarem seus direitos na Justiça. Não podemos permitir desrespeito!



SECRETARIA DOS APOSENTADOS: 15 anos de muitas realizações

Foi no ano de 1992 que o Sindicato dos Professores no DF passou a ter em sua diretoria uma secretaria específica para tratar dos assuntos dos companheiros aposentados. Tínhamos consciência da importância de se ter uma instância para atender aos professores e professoras que, aposentados, ainda têm muito a contribuir com sua experiência para a luta dos educadores.

De lá para cá se passaram 15 anos de muitas realizações. Hoje, há 8902 aposentados sindicalizados, o que representa 31% do total de filiados ao Sinpro. Os companheiros demonstraram em várias ocasiões que estão ao lado dos colegas na ativa em defesa dos seus direitos e participam ativamente da mobilização das campanhas salariais.

Entre as palestras e seminários que promovemos, destacamos as que trataram das reformas da Previdência e as que discutiram como manter a qualidade de vida depois da aposentadoria. Realizamos seminários e

reuniões específicas para discutir assuntos de interesse dos aposentados, que sempre contaram com intensa participação.

Outro ponto importante foi a confraternização dos que se aposentam e muitas vezes perdem o contato com os colegas. Os bailes, chás dançantes e encontros festivos foram momentos de muita alegria e serviram para reaproximar antigos companheiros.

Neste momento, pretendemos dar ainda mais a importância a essa instância dentro do nosso sindicato. Neste momento de tantos ataques aos direitos adquiridos, os professores que estão na ativa não podem prescindir da experiência dos colegas aposentados. A idéia é tornar nossa secretaria ainda mais dinâmica, promovendo encontros e recebendo sugestões para a nossa luta. Continuaremos juntos na luta por uma educação de qualidade e por melhores condições de vida e trabalho para os professores.

Professores cobram implantação imediata do plano de saúde

Depois de dois anos de discussão entre os servidores e o GDF, no final do ano passado a Câmara Legislativa do DF aprovou o projeto do Executivo que criou o Plano de Saúde. Esse benefício, estendido a todos os servidores, foi fruto direto da luta dos professores, que o conquistaram no acordo que pôs fim à greve de março de 2005.

No início deste ano, a única coisa que faltava para sua implantação era a defi-

nição da rede credenciada. Mas o governo Arruda parou o trabalho que vinha sendo desenvolvido pela comissão e nomeou o ex-deputado Odilon Aires para coordenar um grupo de trabalho para apresentar outra proposta.

Nós não aceitaremos esses desrespeito e, na próxima assembléia, marcada para o dia 18 de abril, vamos discutir e aprovar medidas para pressionar o governo a cumprir o acordado.

Ato histórico une Edu Saúde e Seguran



Servidores em frente a Sede do GDF em Taguatinga exigem transparência na aplicação de recursos

Servidores unidos em defesa da Educação, Saúde e Segurança

O Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) constituído pela Lei 10.633, de 2002, tem representado instrumento fundamental no debate da autonomia do DF e no custeio da máquina administrativa, poupando, de forma expressiva, o Tesouro do GDF.

Enquanto as emendas coletivas da bancada do DF alcançam cerca de R\$ 150 a R\$ 180 milhões por ano, o FCDF, em 2007, deverá alcançar valor superior a R\$ 6 bilhões dentro do Orçamento da União.

Vale registrar outros ganhos proporcionados pelo FCDF. A proposta orçamentária preparada pelo Executivo federal deixa de ser um parâ-

metro político, fruto de negociação anual, e passa a ser corrigido segundo a variação da receita corrente líquida (RCL) que, entre 2002 e 2007, terá superado em mais de 100% de crescimento nesse período. Portanto, durante o governo Lula o DF teve um crescimento real recorde nas transferências da União para o DF.

O outro aspecto foi a regularização das transferências para áreas da educação e saúde que ganharam um caráter constitucional equacionando-se um compromisso histórico da União com o DF. Por último, no caso da segurança pública, o que era negociado anualmente passou a adotar o cor-

retor nos termos da RCL, inclusive para investimento, custeio de manutenção e custeio de pessoal.

O ex-deputado Wasny de Roure, aponta, todavia, três grandes deficiências da lei. A primeira é a diferenciação da data de correção salarial com a data de transferência mensal dos recursos federais para o DF, ou seja, falta de data base para as negociações entre o GDF e servidores. A segunda é a falta de definição do percentual de correção salarial a partir da evolução da RCL. A terceira limitação é a avaliação do desempenho pelo GDF das políticas públicas mantidas pelo fundo, diante do rápido

crescimento das transferências e da população. Essa análise crítica é fundamental, especialmente para os gestores das políticas de educação, saúde e segurança pública, tornando possíveis eventuais ajustes ou mudanças mais profundas.

Participação Ativa

Os sindicatos dos servidores que atuam nessas áreas querem que o Fórum em Defesa da Educação, Saúde e Segurança seja um instrumento da sociedade para o acompanhamento dessas políticas. Lutar pela transparência é exercer nossa parcela de responsabilidade, cobrando dos governantes o bom uso de recursos públicos.

Cerca de 10 mil servidores de Educação, Saúde e Segurança compareceram ao Fórum em Defesa da Educação, Saúde e Segurança, realizado em Taguatinga. Foi o primeiro Fórum em Defesa da Educação, Saúde e Segurança que pretende acompanhar o trabalho do Fundo Constitucional do Distrito Federal. A imprensa queixou-se da falta de servidores e silêncio das categorias com a participação das categorias.

Fórum cobrará transparência na gestão do Fundo



Em solenidade realizada dia 28 de fevereiro no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a CUT-DF e entidades sindicais lançaram o Fórum Permanente em Defesa da Saúde, Educação e Segurança, reunindo sindicalistas, políticos de diversos partidos e servidores das três áreas.

A CUT-DF deu um passo importante para a superação das divergências entre as entidades, o que possibilitou a criação do Fórum com a participação de todas as entidades que representam os servidores públicos dessas três áreas. Um marco histórico para o fortalecimento da luta em defesa da Saúde, Educação e Segurança. Essas três áreas representam 150 mil servidores ativos e inativos.

O líder do PT, deputado Chico Leite, destacou a importância da união entre os servidores de três áreas sensíveis como a Edu-

Educação, nça

il servidores das áreas de Saúde, Educação
a atenderam ao chamado dos sindicatos
do ao ato realizado no último dia 22 de
ede do Governo do Distrito Federal (GDF),
o primeiro grande evento organizado pelo
a Educação, Saúde e Seguranças Públicas,
banhar e fiscalizar a aplicação de recursos
onal do DF. Lamentável a postura de parte
ignorou uma mobilização histórica dos
u para não registrar a crescente indignação
as ameaças do governo Arruda aos direitos

á transparência undo Constitucional



cação, Saúde e Segurança. Em
nome da bancada, o parlamentar
se comprometeu a ajudar na de-
fesa dos direitos trabalhistas das
três categorias e também na for-
mulação de políticas públicas
para a população de Brasília.
Chico Leite criticou duramen-
te a postura do atual governo em
relação aos trabalhadores. “É fla-
grante a discrepância entre o que
prega e o que faz este governo
neoliberal. Governo que só tem
compromisso com demissões de
trabalhador e investimento no
bolso de empreiteiras”, afirmou.
A criação do Fórum, destacou
Leite, é uma forma de controlar
os gastos do Executivo local com
a Educação, Saúde e Segurança.
Ele lembrou que todas essas áre-
as recebem vultosos recursos da
União, por meio do Fundo Cons-
titucional do DF.
Desde que passou a receber
dinheiro do Fundo, em 2003, o
repassa para o DF aumentou de

R\$ 2,9 bilhões para R\$ 6 bilhões.
“Vou pedir aos Ministérios da Fa-
zenda e do Planejamento que as
entidades sindicais tenham acesso,
via Internet, à execução financeira
do Fundo. Isso vai garantir trans-
parência e poderemos cobrar a apli-
cação dos recursos do governo lo-
cal”, disse o líder petista.
Rejane Pitanga, presidente da
CUT-DF, criticou o modelo que
o governo quer implantar aqui no
DF – o Estado Mínimo – que é o
mesmo que foi implantado em
São Paulo e Minas, onde os ser-
vidores são responsabilizados por
todas as mazelas do Estado,
abrindo assim caminho para o
desmonte da máquina pública
com terceirização, privatização,
demissão e PDV.
Prestigiaram a solenidade de
criação do fórum vários parlamen-
tares, inclusive da base aliada ao
governo Arruda. Compareceram os
deputados federais Tadeu Filipelli
(PMDB) e Geraldo Magela (PT),
e os distritais Cabo Patrício (PT),
Érika Kokay (PT), Luzia de Paulo
(PSL), Rogério Ulisses (PSB), en-
tre outras autoridades.
A CUT, junto com as entida-
des, cobrará as promessas apre-
sentadas durante o lançamento do
Fórum e conclama todos os ser-
vidores públicos a se engajarem
nesta luta, participando dos atos
conjuntos, manifestações e as-
sembléias convocadas por suas
respectivas entidades.

Imprensa “quase” silencia sobre ato

Talvez seja mais fácil
acreditar em forças ocultas do
que na imparcialidade da im-
prensa, em especial dos jor-
nais do Distrito Federal. É, no
mínimo, curioso que 10 mil
pessoas, reunidas num local
para reivindicar reajuste sala-
rial, tratamento respeitoso e
manutenção de direitos por
parte do GDF, não seja um
fato digno de ser noticiado. O
registro do ato público ocor-
rido na quinta-feira, dia 22 de
março, feito pelo Correio Bra-
ziliense e pelo Jornal de Bra-
sília, deixou perplexos todos
os servidores das áreas de
Saúde, Educação e Seguran-
ça do DF que participaram da
manifestação.
Seria mentiroso afirmar
que o Correio Braziliense e o
Jornal de Brasília, os dois jor-
nais de maior circulação no
DF, não falaram sobre a ma-
nifestação ocorrida em frente
à sede do GDF, em Taguatinga.
Porém, o espaço dado pe-
los dois jornais a um fato
como esse, que reuniu cerca
de 10 mil servidores – e não
quatro mil, como foi noticia-
do –, é o que se pode chamar
de insignificante. Ainda mais
se considerarmos que, quatro
dias antes, o Correio Brazili-
ense dedicou uma página in-

teira à nova secretária de Edu-
cação do DF, com uma matéria
intitulada “O poder de Maria
Helena”, repleta de loas e, ao
mesmo tempo, carente de verda-
de.
Para encontrar a informação
sobre o ato no Correio Brazili-
ense, o leitor precisa ir ao cader-
no de economia e ver, em meio a
indicadores econômicos, depois
de duas notas intituladas “O
melhor ano para os trabalhado-
res” e “Transição em pauta”,
uma nota de 12 linhas. O Jornal
de Brasília foi menos pior e pu-
blicou uma foto da manifestação,
bem como as opiniões do repre-
sentante do Sinpro e do secretá-
rio de Planejamento. Apesar dis-
so, outra matéria publicada na
mesma página – no canto supe-
rior direito – tem como título
“Servidor ganha mais no DF”.
Trata-se de uma matéria que
compara salários de servidores
em três capitais (Brasília, São
Paulo e Belo Horizonte) sem
levar em conta o custo de vida des-
sas cidades.
Na quinta-feira, dia 22, os
dois jornais locais citados com-
pareceram ao ato, juntamente
com outros veículos de comuni-
cação. As coberturas feitas pe-
las televisões foram ao ar no
mesmo dia. Porém, uma onda de
mistério envolveu as informa-

ções colhidas pelo Correio
Braziliense e pelo Jornal de
Brasília. Não se sabe exata-
mente o que aconteceu. A co-
luna “Erramos” consegue ser
maior do que a nota publicada
sobre a manifestação. Causa-
nos pavor imaginar que forças
ocultas voltaram a assombrar
nosso país e as redações de
nossos jornais.
Independentemente da atu-
ação das tais “forças”, profes-
sores, funcionários de escola,
enfermeiros, médicos, dentis-
tas, funcionários de nível mé-
dio dos hospitais e policiais
continuarão a pressionar o
GDF, lutando por seus direi-
tos e pelas suas reivindica-
ções. Apenas lamentamos que
o Correio Braziliense não
cumpra o seu papel e prefira
agir como órgão de governo.
Torcemos para que as for-
ças ocultas (ou será melhor
dizer as forças que ocultam?)
prefiram os espaços esotéri-
cos, onde há pessoas especia-
lizadas em decifrar seus mis-
térios, do que o universo da
política. Vale lembrar que, da
última vez que elas se mistu-
raram com políticos, um pre-
sidente renunciou e, logo em
seguida, o país foi jogado em
20 longos anos de ditadura
militar

Metodologia do GDF ‘esconde’ falta de investimento em Educação

A análise da execução orça-
mentária do governo do DF em
relação à educação mostra como
é fundamental que a sociedade
passe a fiscalizar a aplicação dos
recursos do Fundo Constitucio-
nal do DF. A metodologia usada
pela Secretaria da Fazenda in-
clui no cálculo dos recursos para
a Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino (MDE) os valores oriun-
dos do Fundo. Isso distorce com-
pletamente o resultado elevando as

despesas realizadas pelo GDF.
Estudo encomendado pelo
Sinpro mostra que, se excluí-
dos os recursos do Fundo, te-
remos o percentual que efetiva-
mente foi investido pelo gover-
no na educação, apenas 14%
(confira na tabela) em 2006. Pela
lei constitucional, o GDF deve-
ria ter investido 25%.
Desde a sua constituição
até 2006, os recursos do Fun-
do cresceram 32% em termos

reais. No mesmo período as
despesas com Educação no
FCDF subiram 54,5%. Ao in-
vés de cumprir com suas obri-
gações constitucionais, o GDF
diminuiu sua participação no
financiamento da educação.
Em 2006 o GDF deveria ter
aplicado R\$ 1.473.267.410,00
de sua arrecadação própria,
mas aplicou apenas R\$
918.748.107,00, uma diferen-
ça de R\$ 554.519.303,00.

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO					
GASTOS DO ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL					
2002 A 2006 valores correntes					
	2002	2003	2004	2005	2006
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	2.923.362.309,72	3.516.855.788,98	4.182.194.597,16	4.830.978.483,82	5.573.710.655,43
IMPOSTOS ARRECADADOS PELO DISTRITO FEDERAL	1.799.832.865,44	2.206.587.303,15	2.616.362.153,83	2.935.812.784,22	3.316.095.596,53
CMS e DÍVIDA ATIVA DO ICMS	1.123.529.444,28	1.310.268.485,83	1.565.832.443,33	1.895.165.699,60	2.257.615.058,90
OUTROS IMPOSTOS e DÍVIDA ATIVA	229.285.090,65	326.515.284,36	244.093.354,90	304.838.024,98	319.358.985,91
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO SEM FCDF	3.152.647.400,37	3.843.371.073,34	4.426.287.952,06	5.135.816.508,80	5.893.069.641,34
TOTAL DA RECEITA	788.161.850,09	960.842.768,34	1.106.571.988,02	1.283.954.127,20	1.473.267.410,34
LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM MDE (25%)					
DESPESA TOTAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO	557.568.582,86	794.250.072,39	667.552.522,07	753.474.989,24	918.748.107,66
EDUCAÇÃO DE GASTOS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL	39.902.697,85	121.670.690,59	175.699.003,47	89.090.164,54	93.765.220,58
DESPESAS REALIZADAS EM MDE(Total da Educação menos Assistência Social)	517.665.885,01	672.579.381,80	491.853.518,60	664.384.824,70	824.982.887,08
PERCENTUAL DA DESPESA REALIZADA EM MDE EM					
RELACÃO AO TOTAL DA RECEITA	16,42%	17,50%	11,11%	12,94%	14,00%
Fonte: Secretaria de Fazenda do Distrito Federal					
(*)Despesas assistenciais: Apenas Renda Minha, auxílio					
infermagem, e ao educando					

A redução da maioridade penal ou a lei do menor esforço

Sempre que o país enfrenta uma onda de violência como a que tem sido vivida no início deste ano – que atingiu seu ápice com o bárbaro assassinato do menino João Hélio, arrastado pelas ruas do Rio preso ao cinto de segurança – levantam-se vozes amplificadas pela mídia defendendo uma solução mágica: a redução da maioridade penal.

Nesse momento, diante de um crime odioso, é mais fácil mandar quebrar o termômetro do que falar em enfrentar com seriedade a infecção que gera a febre, como ressaltou o jornalista Gilberto Dimenstein ao questionar a reação da sociedade. “Muitos setores da sociedade estão se organizando, não para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, mas para a sua definitiva condenação”, entende a pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, a psicóloga Maria Helena Zamora.

Para a psicóloga, a cobertura exaltada da mídia sobre atos violentos de adolescentes influencia a opinião pública. Os grupos que defendem a redução da maioridade penal exploram, de acordo com Zamora, a idéia de precocidade dos jovens ao elaborar e executar crimes hediondos. Sobre isso, ela argumenta que existem estudos que demonstram que jovens são comumente usados por adultos para assumir delitos; participam de eventos criminosos sem serem seus autores principais; e que quase todos os adolescentes apreendidos desejam sair do crime.

A redução da maioridade para a redução da criminalidade não se sustenta por números. De acordo com o Instituto Regional das Nações

Unidas para Prevenção do Delito e para Justiça Penal (ILANUD), do total de crimes cometidos no país, menos de 10% são cometidos por adolescentes. Além disso, sinaliza para uma visão parcial por parte daqueles que a reivindicam, já que consideram apenas crimes cometidos com o uso da violência, contra a pessoa e a propriedade privada em detrimento de crimes ligados a corrupção endêmica brasileira e delitos correlatos. Da mesma forma, localizam a criminalidade nas classes pobres e marginalizadas. É sintomático que, quando o crime é cometido por jovens ricos e bem nascidos, as mesmas vozes não se levantem exigindo pena de morte ou redução da

maioridade.

De acordo com o pesquisador Luiz Carlos Vieira de Figueiredo,

do Ministério Público do Estado de Pernambuco, a idéia de redução da maioridade penal conta com o apoio de grande parte da sociedade, seja por desconhecimento da lei e dos mecanismos de recuperação dos jovens infratores, seja pelo fato de a mídia divulgar sempre a prática da infração e quase nunca divulgar os índices de recuperação dos adolescentes infratores submetidos às medidas sócio-educativas de meio aberto.

De 57 legislações de países analisados pelo pesquisador, apenas 17% adotam idade menor do que 18 anos como

critério para definição legal de adulto e logo responsável penalmente. E, dentre as que não adotam tal critério, destacam-se: Bermudas, Chipre, Estados Unidos, Grécia, Haiti, Índia, Inglaterra, Marrocos, Nicarágua, São Vicente e Granadas. Destaque-se que a Alemanha e a Espanha elevaram recentemente para 18 a idade penal e a primeira criou ainda um sistema especial para julgar os jovens na faixa de 18 a 21 anos.

Com exceção de Estados Unidos e Inglaterra, todos os demais países são considerados pela ONU como países de médio ou baixo índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que torna a punição de jovens infratores ainda mais problemática. Enquanto

nos EUA e Inglaterra a juventude tem assegurada condições mínimas de saúde, alimentação e educação, nos demais países (como no Brasil) isto está longe de acontecer. Nos países ditos desenvolvidos pode fazer algum sentido argumentar que a sociedade deu aos jovens o mínimo necessário e, com base nesse pressuposto, responsabilizar individualmente os que transgridem a lei.

Ele afirma que o sistema vigente responsabiliza o adolescente autor de ato infracional prevendo diversas medidas capazes de assegurar sua ressocialização. O que está em jogo é assegurar a boa qualidade na execução dessas medidas. “Afinal de contas, o sistema jurídico direcionado aos jovens deve sempre visar efeitos pedagógicos e garantir que eles não tornem a delinquir, não fazendo sentido a simples punição pela punição” entende ele.

“Tentar transferir o adolescente de um sistema que recupera a maioria dos infratores para colocá-los nos presídios apenas vai agravar o problema. Mero palanque para obter votos dos incautos que com justa razão estão apavorados com os índices de violência”, afirma ele.

Para o jornalista Gilberto Dimenstein, é preciso desfazer verdades enganosas. “É absolutamente falso afirmar que o ECA não pune menores infratores; pune e não reeduca, o que é pior. O adolescente pode e deve ser punido pelo que faz de errado, mas essa sanção precisa ter, predominante e efetivamente, um caráter educativo/ressocializante. Isso tem sido a lógica moral e social na história da humanidade”, entende ele.



Comunidade do Paranoá exige respeito com os educadores

O Sinpro-DF e os professores do Paranoá organizaram, no dia 23 de fevereiro, uma grande reunião com a comunidade. Cerca de 600 pais e mães de alunos reuniram-se no CAIC e discutiram questões importantes, como a redução do número de alunos por sala, eleição direta para diretor, valorização e respeito aos educadores e mais verbas para a Educação Pública.

Segundo o diretor do Sinpro Carlos Garibel, a

reunião tinha como principal objetivo envolver a comunidade no debate sobre a escola pública no Distrito Federal. “A comunidade precisa saber quais são os verdadeiros responsáveis pela destruição do sistema de ensino no DF”, afirmou Garibel.

Ao final da reunião, a comunidade aprovou a realização de um ato regionalizado em defesa da luta dos professores, bem como legitimaram a pauta de reivindicações da categoria.



Proposta do GDF prevê o fechamento de bibliotecas

O valor pedagógico não foi um bom argumento para convencer a Secretaria de Educação do Distrito Federal de que as atividades da Biblioteca Maria Clara Machado, que funciona na Escola Classe 18 de Taguatinga, não deveriam ser suspensas. Desde o dia 13 de março, a comunidade escolar deixou de contar com esse serviço de fundamental importância para o desenvolvimento pedagógico das atividades realizadas na EC18. A SEDF alega carência de professores em sala de aula.

A comunidade escolar, preocupada com a perda da qualidade do ensino e consciente do valor pedagógico imensurável do projeto “Reinventando a Biblioteca”, preparou uma aula da cidadania, com diversas manifestações culturais – brincadeiras, poesias, peça de teatro e dança – em frente ao Centro Administrativo do GDF em Taguatinga. Foi realizado um abaixo-assinado, no qual era

exposta a reivindicação da comunidade com relação a essa determinação.

A mobilização não sensibilizou a DRE de Taguatinga, que determinou, no dia 20 de março, a devolução à sala de aula das professoras Maria Célia Madureira e Raquel Gonçalves Ferreira, mediadoras e responsáveis pelo projeto. Entrou-se com um recurso e, no momento, a comunidade aguarda a decisão e torce para que ela seja favorável à continuidade do projeto, que neste ano completa 13 anos de existência.

A iniciativas das professoras tem como objetivo inicial “reinventar” o papel da biblioteca tradicional, que só servia para empréstimo de livros. Com isso, a EC18 de Taguatinga tornou-se referência de qualidade de educação no DF, em função de sua história de inovação na prática pedagógica e de projetos educacionais de sucesso. Os alu-

nos têm atendimento de 40 minutos com cronograma definido para as atividades como contos, jogos, concursos de contos, brincadeiras e dramatizações. Todas essas atividades estão integradas com a literatura infantil.

Além deste atendimento, o projeto coordena outras atividades culturais e pedagógicas na escola, como o “Recreio Artístico”, que é um espaço para as crianças apresentarem livremente seus processos criativos. Há também a “Leitura no Recreio”, que se constitui numa opção a mais de lazer durante o recreio. Na “Quinta Livre”, os alunos visitam a biblioteca, para leitura livre, empréstimos de livros e fantasias. “Do livro ao palco”,



Manifestação de alunos e professores em frente ao Buritinga

as crianças escolhem um texto literário e encenam uma peça teatral para a escola e comunidade, com ensaios, sonoplastia, cenário e figurino cuidadosamente preparados por eles mesmos e pelas professoras da biblioteca.

As mediadoras Maria Célia e Raquel lançaram um livro intitulado “Deu rato na bi-

blioteca”, com personagens – dois ratos – criados durante as atividades desenvolvidas na EC18. Por tudo isso, as educadoras foram condecoradas com o título de Cidadãs Honorárias de Brasília, pela Câmara Legislativa do DF. Em 2005, o livro foi lançado pela Editora LGE e recebeu o selo de qualidade do PNLD/SP.

Abuso de poder e assédio moral no CEINF 611 Norte

Descontroladamente. É assim que a diretora Denise e sua vice Ariane, do Centro de Educação Infantil da 611 Norte, comportam-se ao se relacionar com as professoras da escola. Esse desequilíbrio expõe o despreparo dessas pessoas para o cargo, pois se pautam pelo autoritarismo, arrogância e prepotência, em detrimento do diálogo, do respeito e da democracia. Mais grave ainda é ver que reproduzem a desastrosa política do Governo Arruda, que tem como fiel escudeiro de seus desmandos, desrespeitos, achincalhamento e humilhações a secretária de Educação, Maria Helena Guimarães.

Querendo mostrar serviço à chefe, elas pressionam as professoras para que assumam as salas de aula de colegas que estão em licença por motivo de doenças. A diretora Denise, não conseguindo convencer as professoras, convocou o advogado da Regional do Plano Piloto, Nivaldo Felix, para reuniões na escola com a clara intenção de intimidá-las, mandando-as para as salas de aula, em pleno horário de coordenação pedagógica. Ora, garantir professores para substituição a faltas justificadas não é obrigação das professoras e sim da SEEDF. Autoritariamente, o advogado “explicou” que, se elas não assinassem documentos, aceitando esta regra imposta pela direção, seriam punidas, conforme orienta-

ção da Regional.

As professoras esclarecem que a decisão de não substituir em horário de coordenação é uma decisão da categoria, tomada em assembleia geral. É importante lembrar que é o Estado o responsável pela garantia de aula todo dia, o que depende de planejamento.

Vale lembrar ainda que as licenças são justificadas, conforme garante a Constituição Brasileira, mediante a apresentação de atestados referendados pelo serviço de perícia médica da Secretaria de Educação. Ausentar-se do trabalho para tratamento de saúde é algo comum e humano e adoecer, infelizmente, faz parte de nossas vidas.

O mais cruel e abominável nessa situação é o comportamento de certas direções que se julgam “poderosas demais”, não se sentem parte da categoria e tudo fazem para importunar mais ainda a vida dos professores que estão em sala de aula. Ações como essa caracterizam-se assédio moral, que é crime.

O Sindicato lamenta e repudia o comportamento da direção da CEINF 611 Norte e o papel que este advogado cumpriu, ameaçando as professoras. O comportamento adotado por eles caracteriza-se coação, abuso de poder, acompanhado de assédio moral, o que nos permite acionar a justiça do trabalho. O Sindicato não hesitará em defender os professores e seus direitos.

GRE compromete atividades pedagógicas em Planaltina

Os professores do Centro de Ensino Fundamental nº 4 de Planaltina (CEF 04) foram surpreendidos com algumas medidas tomadas pela Gerência Regional de Ensino (GRE), que colocam em risco a execução de alguns projetos educativos implementados na escola desde 1996, como a Videoteca, os laboratórios de Ciências Naturais e Informática, o projeto de Artes, a Biblioteca e as Salas de Leitura.

Por conta dessas atividades pedagógicas, o CEF 04 é visto como uma unidade exemplar de ensino. A visita da equipe de modulação da Secretaria de Educação do DF no CEF 04 não considerou a importância de nenhum desses projetos e ainda ocasionou vários problemas.

A devolução de um dos professores - sem qualquer justificativa pra isso - compromete bastante a realização do projeto de artes, denominado “Projeto Integrar”, que desenvolve uma proposta pedagógica crítica social e possui um reconhecimento que ultrapassa as fronteiras do país. O projeto é referência no DF desde 1996 e já foi citado em várias publicações, além de ter participado de inúmeros eventos, entre eles dois congressos interestaduais. Além disso, estabeleceu parcerias com entidades como a World Wide Found for Nature (WWF), a Estação de Águas Emendadas e a Universidade de Brasília (UnB).

A sala de vídeo, espaço es-

sencial para o desenvolvimento da Videoteca, foi desativada depois da intervenção feita pela GRE. Os aparelhos de TV, vídeo e DVD estão jogados em depósitos e as antenas parabólicas, que deveriam ser usadas para a captação do sinal da TV Escola, estão abandonadas no pátio, em completa deterioração. Outro espaço desativado foi o do Laboratório de Ciências Naturais (LCN). Os equipamentos e materiais foram colocados em condições inadequadas e podem se perder completamente. Esse projeto busca despertar o interesse dos alunos na produção científica e possui uma prática interdisciplinar.

A situação do Laboratório de Informática é tão grave quanto as outras, pois a reivindicação da comunidade foi atendida pelo Governo Federal, que enviou os computadores por intermédio do Programa Pró Jovem, mas ainda não viu em funcionamento nenhum desses aparelhos por falta de espaço físico adequado.

Houve uma redução do espaço destinado à Biblioteca e às Salas de Leitura, o que torna impossível outra atividade pedagógica fundamental para o desenvolvimento e construção do conhecimento. O CEF 04 dispõe apenas de 30m2 para abrigar o acervo e atender a aproximadamente 900 alunos por turno. Ao invés de aumentar o espaço, valorizando as atividades de consulta e pesquisa por parte da comunidade

de escolar, a GRE resolveu fazer o contrário.

Mesmo com todo esse desmonte, a GRE e sua equipe de modulação previram a abertura de mais seis turmas para o ano de 2007. Não foi possível abrir essas turmas por falta de espaço físico, mas os alunos matriculados foram distribuídos pelas classes já existentes, ocasionando um número excessivo de alunos nas salas e aula, que funcionam hoje com mais de 50 pessoas. Como consequência dessa superlotação, o CEF 04 convive com outro grave problema, que é ausência de livros didáticos.

Diante desse quadro, os professores se dirigiram à referida Gerência e expuseram a situação, buscando, sobretudo, solucionar o caos instalado pela própria GRE. Foram realizadas duas reuniões e dado um prazo para que a SEDF se posicionasse a respeito das questões levantadas. Esse prazo terminou no dia 14 de março e nenhuma medida foi tomada ou, ao menos, proposta pela GRE.

Ao contrário, enviou uma equipe de modulação para analisar a distribuição de carga horária e desconsiderou completamente a existência dos projetos, chegando a prever a devolução imediata de uma das educadoras de Artes. Nenhuma palavra foi dada a respeito da reivindicação de aumento do espaço físico para a Biblioteca, para a Sala de Leitura e para o Laboratório de Informática.

A culpa é minha, secretária!

***Nonato Menezes**

Fiquei sem entender porque nenhuma voz do governo se preocupou em nos culpar por ter o Distrito Federal chegado ao sétimo lugar nos testes do ENEM, divulgados recentemente. Fiquei mesmo surpreso porque está tão normal alguém do governo nos chamar de preguiçosos, declararem que adoecemos demais, trabalhamos quase nada, temos os melhores salários dos professores do Brasil. E na festança que a mídia fez com o fato, esperei mesmo alguém nos imputar mais essa responsabilidade.

Não me convenci, senti no ar o cheiro da culpa. Afinal, o caos que se instalou no ensino público do Distrito Federal tem que ter responsável. Sétimo lugar nos testes do ENEM é demais para nossas escolas. É uma humilhação e alguém tem que assumir isso. Eu assumo a responsabilidade. Fui eu quem criou todas essas condições para chegarmos aonde chegamos. Antecipo-me às calúnias vindouras e me declaro culpado. Ponto a ponto, digo porque estou arriando a bandeira.

Adianto que não sou nenhum inocente e tudo que está ocorrendo hoje é resultado de caso pensado, elaborado e planejado. Olhem para 1999 e veja como tudo começou.

O primeiro passo foi atuar com o aspecto ideológico, porque seria necessário que algumas questões ficassem na consciência coletiva e daí abrisse caminho para outras ações.

Comecei defendendo que a meritocracia seria o critério mais importante para nomeação de diretores de escola. Depois viria uma prova para inglês ver o que daria “legitimidade” aos nomeados. É claro que eu menti, afinal isso foi apenas uma isca para os desavisados acreditarem que se tratava de coisa séria. Séria que nada, ajudei mesmo foi abrir as portas das escolas para o apadriñamento, para o jogo sujo das nomeações de gabinete e de ou-

tros ambientes insalubres.

Abri o verbo contra os professores e tachei-os de preguiçosos, que estavam em número excessivo nas escolas e ainda por cima tiravam atestados demais. Deu certo. Muita gente, sobretudo a TV e a imprensa local acreditaram e até me ajudaram a divulgar as calúnias.

Feito isso comecei a fazer algumas mudanças no próprio funcionamento das escolas. Aumentei a carga horária dos professores, inseri algumas atividades de atendimento em horário contrário, no meio das aulas de disciplinas. Fui dizimando programas e pequenos projetos que as escolas tinham, para chegar ao ponto que todos os professores estivessem onde sempre deverão estar: na sala de aula.

Intimidei professores, desativei salas de aula, até escolas inteiras foram esvaziadas. Não fui mais longe porque algumas resistências apareceram, mas nada que me intimidasse. Desarticulei o sistema todo, a ponto de criar tensões insuportáveis e insegurança no ambiente de muitas escolas o que permitiu o crescimento de atitudes violentas, sobretudo roubos de equipamentos escolares, como computadores e equipamentos eletrônicos.

Nada de cultura, arte, programas específicos de incentivo à leitura e à escrita. Programas de caráter esportivo, com intuito de envolver as comunidades no ambiente escolar, reforçando aquele como espaço público, no sentido republicano do termo; acabei com tudo. Escola é pra ter aula, nada mais.

O saldo da minha estratégia Secretária, é o que estamos vendo. Professores trabalhando com seiscentos, oitocentos e até mais de mil alunos. Um verdadeiro massacre e o que era esperado está acontecendo: professores doentes, muitos sem meios de fazer a necessária pedagogia de seus sonhos e o resultado é o baixo rendimento, a evasão e a retenção escolar crescendo.

Além disso, interferei até onde pude nessa enxurrada de recursos que as escolas do Distrito Federal sempre receberam. Veja que do ano 2000 ao ano de 2006, só de salário educação - fonte 103, o governo local recebeu R\$ 468.256.306,57 (quatrocentos e sessenta e oito milhões, duzentos e seis reais e cinquenta e sete centavos). Essa dinheirama toda viria para capacitar professores e atender às escolas em programas específicos para a melhoria do ensino.

Até que criei alguns programas. Um deles foi o Professor nota 10. Sem ironia, secretária! Esse programa custaria aos cofres públicos R\$ 1.073.344,00 (um milhão, trinta e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais) - Cláusula sexta – dos recursos financeiros – Para atender os dispêndios decorrentes da execução deste Termo Aditivo (1º termo aditivo ao convênio número 03/2000, – Cláusula quarta – das metas (a meta básica é alcançar 5.000 (cinco mil) formando, professores da FEDF...), para graduar 5.000 professores.

Como o programa foi interrompido, pelas razões que só o mistério conhece, a UnB graduou apenas 2.000 (dois mil) professores, - Cláusula terceira – da meta de atendimento a alunos (7º termo aditivo do convênio número 03/2000) – a meta básica prevista, objeto deste Aditivo, será de atendimento a 2.000 (dois mil) alunos, em 2 (dois) grupos, com 1.000 (um mil) alunos cada). E custou R\$ 749.867,50 (setecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos) – Cláusula nona – do valor e do cronograma de desembolso dos recursos financeiros. 9.1. – Para atender aos dispêndios decorrentes da execução do objeto deste Termo Aditivo (7º termo aditivo do convênio número 03/2000), serão aplicados recursos no valor de R\$ 749.867,50 (setecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Restaram 3.000 professores a serem graduados, serviço a ser executado pelo UniCeub - Contrato de prestação de serviços número 86/2002, do processo número 080.017660/2001 – Cláusula quarta – da meta: A meta básica prevista, objeto deste Contrato, será o atendimento a 3.000 (três mil) professores (alunos) efetivos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, ...)

Até onde tenho provas, o UniCeub já recebeu R\$ 23.651.352,43 (vinte e três milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, trezentos e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos). Mas não sei quantos professores foram graduados dos 3.000 previstos no contrato. Assim, quem não gostaria de ser sócio do UniCeub?

Nem gosto muito de falar neste assunto porque por ocasião da CPI da Educação, na Câmara Legislativa, um maluco foi dizer em depoimento que havia irregularidade no programa. Mas ficou nisso. Nem o Ministério Público levou a sério aquela doideira.

Outro programa que implementei secretária, levou o nome de reforço escolar, executado pela Oscip – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Planalto - IDESP - processos números 080.003.137/2004 e 080.020.518/2005, executado no biênio 2004/2005, ao custo de R\$ 8.040.875,90 (oito milhões, quarenta mil, oitocentos e setenta e cinco reais e noventa centavos). Há outros elementos sobre este programa, mas fico por aqui, afinal, sequer presenciei sua execução nas escolas.

Acho que estes indicadores Secretária, já dão uma linha para que haja o entendimento do grau de responsabilidade que aqui assumo. É claro que aqui não consta nem um terço de um terço daquilo que foi realmente empregado no sistema de ensino, cujo resultado é esse que estamos acompanhando. Mas é suficiente, creio, para que a senhora e o governador compreendam as verdadeiras

causas da confusão criada no ensino público do Distrito Federal. Além de saberem, exatamente, quem foi responsável por tudo isso.

Agora, não convém Secretária, é a senhora nem bem chegar e já achincalhar a categoria de professores, dizendo que temos os maiores salários do país, que há excesso de atestados médicos, que não respeitamos horário a ponto de declarar que instalaria ponto eletrônico nas escolas do DF e tantos outros impropérios. Fiquei tão impressionado com essa idéia do ponto eletrônico que por vezes me senti um verdadeiro operário de fábrica de parafusos. Operário pela dinâmica, não por preconceito. Aliás, até gostei da idéia, pois só assim receberei pelas horas extras trabalhadas.

Além disso, o próprio governador entrou na onda do achincalhe e declarou ser o motivo do afastamento médico dos professores “uma epidemia”. Em sendo, é bom que o governador se preocupe em fazer uma campanha pública para imunizar a população, antes que seja necessária ajuda internacional da Cruz Vermelha, Organização Mundial da Saúde e outros órgãos de proteção social.

Se não bastasse, a campanha contra nós professores do Distrito Federal já virou assunto nacional, a ponto de uma revista editada em São Paulo, publicar em uma de suas colunas o diagnóstico das doenças que nos afetam: “preguicite aguda”. É demais, não é?

Para finalizar Secretária, reafirmo a minha responsabilidade em tudo que aqui está posto. E lhe pergunto: se a escola pública não for precarizada, os desvios de recursos não ocorrerem, os professores não forem achincalhados, como é que o comércio de ensino vai prosperar? A senhora conhece outra estratégia?

Com respeito e com saúde,

***Nonato Menezes**
Professor da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal

Ano novo, governo velho: estelionato eleitoral

As eleições para o Governo do Distrito Federal e para a Câmara Legislativa que ocorreram no passado apresentaram esperança de dias melhores, para muitos professores. Dizemos isso tranquilamente porque, nos vários momentos em que desenvolvemos nosso trabalho de dirigente sindical, principalmente em visita às escolas, ouvimos, quando nos referíamos às eleições e à importância do voto em pessoas de nossa classe social, declarações de voto no então candidato José Roberto Arruda.

Eleito no primeiro turno, após uma campanha riquíssima, financeiramente falando, e repleta de promessas para toda a população do DF e, em especial, para os trabalhadores, Arruda mostrou em seu primeiro dia de governo a face cruel, truculenta e perversa

de seu projeto. Um projeto político-ideológico da elite, da burguesia que governa para seus interesses particulares e para a manutenção dos privilégios da classe dominante, historicamente detentora de poder, em detrimento dos interesses e direitos da maioria da população.

Condenamos quem confiou seu voto ao Arruda? Não! Apesar de não concordar com ele, porque temos a compreensão de quem o então candidato representava, de que lado ele sempre esteve e qual é o projeto político-ideológico que o seu partido, o PFL, tem para a sociedade. Não há mistério nessas questões. Mesmo com a investida sobre os trabalhadores, com o envio de correspondências recheadas de promessas para as categorias organizadas — todas e todos se lembram da carta-compromisso que chegou por mala-direta em nossas resi-

dências —, invadindo nossos lares, nos enganando e às nossas famílias, prometendo-nos o paraíso? Mentiu descaradamente quando disse que a educação seria prioridade em seu governo, que as professoras e professores seriam respeitadas.

Penso que, em função do sofrimento que passamos na desastrosa era Roriz/Eurides Brito para a educação pública e para o Distrito Federal, muitos se iludiram, ansiosos por dias melhores, e depositaram seu voto nele. A desilusão e a decepção vieram a galope, no primeiro dia de governo, aprofundando-se cada vez mais na medida em que o governo Arruda se pronuncia e apresenta suas idéias com relação à educação pública e às professoras e professores.

Secretária importada sofisticada na perseguição

Podemos afirmar que a

maneira pensada, cruel e perversa como a secretária, importada do ninho tucano de São Paulo, Maria Helena Guimarães, se refere à categoria é a demonstração inequívoca dos projetos que o governo que ela representa tem para a Educação e seus profissionais: a redução da obrigação do Estado com a escola pública, privando cada vez mais a população pobre do direito constitucional à Educação e aumentando, com a exclusão, as desigualdades sociais que tanto combatemos. Na mesma medida, vemos a tentativa de diminuição dos direitos dos profissionais da área e a super-exploração do seu trabalho, imaginando dessa forma reduzir sua importância para a sociedade.

Todos os ataques feitos por meio de pronunciamentos diuturnos na grande mídia da burguesia tem endereço certo: atingir a auto-estima da

categoria, fragilizando-a para que nos tornemos reféns de sua política, de sua prática.

Engana-se ela se pensa que, dessa forma, vai nos dobrar, nos intimidar, nos fazer recuar. Engana-se, e muito, porque ao contrário do que pretendia, estamos é nos unindo, fortalecendo nosso espírito de categoria, de corpo, de profissionais que precisam ser preservados, alimentados para sobreviver.

A qualquer momento, como cobra acuada, reagiremos e mostraremos nossa força. Daremos o bote necessário para que a senhora Maria Helena e o governador saibam que tudo tem limite e que, com uma categoria consciente, determinada, de garra e aprovada nas lutas, não se brinca. Por isso, exigimos respeito.

Augusta Ribeiro
Diretora do Sinpro

De Olho em seus Direitos

Confira esclarecimentos jurídicos a dúvidas frequentes dos professores
A Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sinpro elaborou um texto respondendo às dúvidas mais comuns dos professores a respeito de seus direitos. São questões que tratam da ação do vale-alimentação, da transferência de contas do BRB, pagamento de precatórios e sobre gratificações. Confira:

BRB E TRANSFERÊNCIA DE CONTAS

Cuida-se de consulta verbal, formulada pela Diretoria Colegiada do SINPRO/DF que questiona os efeitos da decisão, tomada nos autos do processo nº 2005002004912-4.

O processo em questão diz respeito a Ação Direta de Inconstitucionalidade, ajuizada pelo Ministério Público do DF que questiona a constitucionalidade de Lei do DF nº 3.205/03 que determina que todas as contas dos servidores públicos do DF sejam movimentadas, exclusivamente, pelo BRB.

No dia 1º.08.06 foi declarada a inconstitucionalidade da lei em tela, resultando daí que todos os servidores públicos do DF poderiam, a seu talante, escolher o banco de sua predileção para movimentar suas remunerações.

Sobreveio manifestação da Procuradoria do Distrito Federal que entendeu ser inválida a decisão tomada, uma vez que o DF não foi intimado a prestar informações nos autos do processo.

O Egrégio Conselho Especial do TJDF entendeu pertinente a manifestação do DF e determinou que o mesmo fosse intimado a prestar informações nos autos, anulando, via de consequência, a decisão anteriormente tomada.

Entendemos que a decisão já tomada seja a mesma que será futuramente confirmada, tendo em vista que sobre o tema os desembargadores já se posicionaram.

VALE ALIMENTAÇÃO

Algumas perguntas são constantemente feitas à assessoria jurídica do Sinpro/DF e procuramos aqui respondê-las:

O SINPRO ganhou a ação? Quando que os professores irão receber?

Sim, o SINPRO/DF ganhou a ação. O processo está em fase de cálculos e o Juiz determinou que a SEE/DF apresentasse os valores devidos a cada professor. O prazo para a apresentação destes valores já se encerrou e o Sinpro espera que seja proferido despacho dando vista do processo. Quanto ao tempo que falta para receber, não é possível precisá-lo. No entanto, essa é a fase que fixa o valor devido a cada professor para, depois, ser determinado o pagamento.

O professor pode entrar com nova ação de Vale Alimentação?

Em tese sim, mas isso não traz vantagem alguma ao professor. É que as ações judiciais devem reclamar o pagamento de vantagens dos últimos 05 anos. Considerando-se que o não pagamento do benefício alimentação se deu no período de 1996 a 2002, quando o mesmo foi restabelecido, verifica-se que a propositura de ação no mês de fevereiro de 2007 somente iria assegurar 02 meses de benefício alimentação, sendo certo que o resto do período devido ao professor estaria prescrito e não pode mais ser cobrado. Ainda, a ação a ser proposta iria começar agora, atrasando o recebimento, pelo professor, de seu direito. A ação do SINPRO, já bastante

adiantada, reclama todo o período da supressão de benefício alimentação, de sorte que ela permitirá que o professor receba todo o seu direito.

PRECATÓRIOS

Algumas declarações na imprensa induzem ao entendimento de que o Governo do Distrito Federal está pagando precatórios e que haveria situações em que o GDF chama o credor (que pode ser um servidor) e ele não comparece.

A chamada não nos parece condizer com a verdade. É que todo pagamento de precatório deve obedecer, rigorosamente, a ordem segundo a qual o mais antigo deve ser pago antes do mais novo.

Além disso, foi criada uma Vara de Precatórios – que funciona na seção judiciária do Núcleo Bandeirante, que tem a competência para tratar de tais pagamentos.

Preocupado com a notícia veiculada, a assessoria jurídica esteve na referida vara onde foi informado que todos os pagamentos de precatório, necessariamente será precedido de convocação judicial do credor e de seu patrono – de sorte que não será muito comum que haja disposição de pagar, por exemplo, um professor, e ele e o SINPRO não venham a saber disso.

No entanto, obtivemos uma informação de que existe a disposição de se aprovar uma lei que aumenta de 0,5% para 3% o montante do tesouro local para fazer frente a essa despesa. Caso isso se confirme, poderá haver aceleração de pagamento de precatórios no DF.

GATE

A SEE/DF vem superlotando as salas de aula com

alunos, dificultando o trabalho do professor e apreensão de conteúdo por parte dos alunos. Pior, além de superlotar as salas de aula, o professor ainda deve dispor de atenção especial aos alunos tidos como “especiais”.

O Sinpro/DF há muito vem se preocupando com esta situação pois entende que existe grande dificuldade em ministrar aulas para um público tão extenso, ainda mais quando deve dar atenção para um público misto.

No campo jurídico, o Sinpro vem propondo ações visando assegurar o pagamento da GATE a todos os professores que lecionem para alunos especiais – ainda que em sua sala exista apenas um aluno especial. Embora a discussão não esteja pacificada, há diversas delas que asseguram o direito do professor perceber a GATE em salas de ensino ditas “inclusivas”, bastando que haja a prova da existência de alunos tidos como especiais.

A TÍTULO DE EXEMPLO, VEJA-SE A EMENTA A SEGUIR:

DIREITO ADMINISTRATIVO. PROFESSORA. GRATIFICAÇÃO DE ENSINO ESPECIAL (GATE). FUNDAMENTO FÁTICO E JURÍDICO PRESENTES. CABIMENTO. A Lei Distrital n. 540/93 e a LODF não condicionaram a concessão da gratificação ao número de estudantes que cada professor atende; tampouco importa, para efeito de seu recebimento pelo professor, se se trata de turma mista ou exclusivamente de alunos especiais.

Os interessados em pro-

por esta ação, devem comparecer ao SINPRO munidos de contracheques que demonstrem que o professor não recebe a GATE, bem como da prova de que eles lecionam para alunos portadores de necessidades especiais.

O direito a GATE pode ser reclamado considerando-se os últimos 05 anos em que ele esteve a ministrar aulas para alunos portadores de necessidades especiais, não se esquecendo que para isso deve-se provar, ano a ano, que o professor ministrou aulas para tais alunos.

DO DIREITO À ACUMULAÇÃO DE GAL E GATE

Os professores do ciclo básico de alfabetização fazem jus ao recebimento da GAL. Caso estes professores ministrem aulas para alunos portadores de necessidades especiais, também fazem jus ao recebimento da GATE.

É falaciosa a argumentação da SEE/DF de que não se pode acumular GAL e GATE pois, concorrendo os fundamentos para a percepção de ambas, devem elas serem pagas cumulativamente.

Para ajuizar ação com este propósito o professor deve se munir de documentos que provem a ministrarção de aulas para o ciclo básico de alfabetização e, concomitantemente, para alunos especiais, devendo atentar-se que este direito pode retroagir aos últimos 05 anos.

Permutas

Nome: Ayda Toledo de Souza
Disciplina: Português
Escola: CEF 01 do Planalto
Permuta para: Cruzeiro/Asa Sul/Asa Norte
Telefone: 8111.3792

Nome: Sandra
Disciplina: Matemática (20h – Noturno)
Escola:
Permuta para: Guará ou Taguatinga
Telefone: 9973.3253

Nome: Crislene de Carvalho Silva
Disciplina: Atividades
Escola: EC 100 de Santa Maria
Permuta para: Ceilândia

Telefone: 9648.9533 ou 3393.0168 (recado)

Nome: Adriano Silva Balster
Disciplina: Geografia (20h – Noturno)
Escola: CEM 04 de Ceilândia
Permuta para: Ceilândia/Taguatinga/Samambaia (40h – Diurno)
Telefone: 3352.2473/8127.2878

Nome: Ana Rodrigues Santiago
Disciplina: EC 303 São Sebastião
Escola: Atividades (40 h)
Permuta para: Samambaia
Telefone: 8114.1954/3567.4128

Nome: Maria Gláucia M Pinto
Disciplina: Atividades – 40 h
Escola: Ceilândia – P Norte

Permuta para: Riacho Fundo/ N.B./Guará/Candangolândia/ P.Piloto
Telefone: 3301.1839/8169.3693

Nome: Kézia Pereira Macedo
Disciplina: Atividades (Noturno – EJA)
Escola: EC 214 Sul
Permuta para: Qualquer escola EJA Noturno /Ana Norte
Telefone: 8184.6026/3577.4491

Nome: Cláudia
Disciplina: Atividades – 40 h
Escola: EC 01 Riacho Fundo II (DRE N.B.)
Permuta para: Taguatinga
Telefone: 3356.7190

Nome: Adriano Sotero

Disciplina: Filosofia – 20 h - Noturno
Escola: Paranoá
Permuta para: Asa Norte/ Asa Sul/ Cruzeiro para 20 h
Telefone: 8139.8831/3326.6831

Nome: Inaldo do Nascimento
Disciplina: Inglês
Escola: CEF 13 de Ceilândia
Permuta para: Taguatinga (20h – Noturno)
Telefone: 3475.1021

Nome: Fernando Augusto
Disciplina: Português – 40 h – Carga Ampliada
Escola: CEF 05 Gama
Permuta para: NB/Guará/Cruzeiro/Asa Sul/Tag. Sul/ Riacho

Fundo
Telefone: 3552.1303

Nome: Orlandina de Fátima Spíndula de Souza
Disciplina: Atividades – 40h
Escola: Jardim de Infância Casa de Vivência de Planaltina
Permuta para: Plano Piloto
Telefone: 8422-1074/3901-4462 (escola)

Nome: Patrícia Cabral Limão
Disciplina: História 40h
Escola: CEF 02 Planaltina
Permuta para: Sobradinho (área rural ou urbana)
Telefones: 3387-4202/8478-7098

MULHERES TRABALHADORAS

Conquistas e Desafios no Processo de Democratização de nossa Sociedade

Rejane Pitanga

Especialmente neste ano e neste mês de março, evidenciamos a conquista da Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha – sancionada pelo Presidente da República em 2006. Ela refere-se ao combate à violência contra as mulheres, estabelecendo mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar; cumprindo as determinações de Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil, há décadas, no sentido de prevenir, punir e erradicar esta violação dos direitos humanos que é a violência praticada contra as mulheres. Através desta Lei tornam-se mais severas as medidas punitivas contra agressores, estabelece iniciativas de assistência social às mulheres em situação de risco e destaca, também, que nos currículos escolares de todos os níveis de ensino constem conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça/etnia.

Ao longo de três décadas no Brasil, nós mulheres conquistamos maior participação no mercado de trabalho, maior escolaridade, mais acesso aos espaços públicos, usufruímos de novos direitos e de políticas públicas específicas como na área da saúde, temos presença e representatividade em diversas instâncias de poder do País.

Segundo pesquisa do DIEESE, no DF 615,9 mil mulheres estão inseridas na PEA (População Economicamente Ativa). No entanto, ainda enfrentamos barreiras no acesso, na permanência e na promoção no dia-a-dia do nosso trabalho. Em média, a diferença salarial entre homens e mulheres é de 69,5%. Das 661,9 mil famílias no DF, 188,9 mil são chefiadas por mulheres. Isto significa que para além das responsabilidades domésticas que ainda recaem quase que exclusivamente sobre as mulheres, há o

componente do sustento familiar.

No âmbito do mundo trabalho as mulheres enfrentam o assédio sexual e moral por parte de companheiros de trabalho e de suas chefias.

No que se refere à saúde integral da mulher, temos índices altos de gravidez inde-

cotas de participação mínima e máxima para homens e mulheres nas instâncias de direção, no sentido de tornar mais igualitária a presença de mulheres e homens nas instâncias da Central.

Temos investido bravamente pela implantação e implementação de políticas públicas específicas par as mulheres nas áreas da saúde, educação, direitos do trabalho (licença maternidade e licença paternidade entre outras). Participamos em conjunto com a sociedade civil organizada da I Conferência de Mulheres promovida pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal e estaremos presentes na II Conferência que ocorrerá neste ano aqui em Brasília. Participamos ativamente das Marchas pelo Salário Mínimo que refletem diretamente na vida de milhares de trabalhadoras do mercado formal e informal de trabalho. Desde 2004 intensificamos nossas ações sindicais desenvolvendo a campanha “violência contra a mulher-tolerância nenhuma”, mobilizando, sensibilizando e articulando o movimento sindical para o combate à

violência contra a mulher praticada em todos os espaços da vida cotidiana.

A Lei Maria da Penha coloca em outro patamar nossas lutas pelo combate à violência contra a mulher. Para além de sua inovação, nos apresenta o desafio de garantir sua efetividade e cumprimento.

Por outro lado, esta Lei significa para o conjunto de nossas lutas uma vitória e a certeza de que não caminhamos em vão. Nos fortalece ainda mais para continuar nossas ações por um Estado democrático, onde são incompatíveis as relações baseadas na dominação e submissão.

Presidenta da CUT/DF e Diretora do Sinpro/DF



sejada, mortes por abortos clandestinos, o câncer de mama atingiu mais de 600 mulheres no DF em 2006. Segundo o Instituto do Câncer, a capital federal tem a maior taxa do país de mortalidade feminina por esse tipo de câncer.

Nós da CUT e os sindicatos filiados sempre tivemos em nossa trajetória um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, pela conquista de direitos de trabalhadores e trabalhadoras visando a superação das desigualdades de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, entre etnias, entre classes sociais.

Desde 1993, aprovamos uma resolução congressual de

Livros

Educação em debate

A editora Loyola lançará em Brasília, no próximo dia 19 de abril, às 19h, na Livraria Esquina da Palavra (406 Norte) o primeiro título da coleção Sociedade Educativa: Consciência e Compromisso, que está sendo coordenada pela educadora paulista Maria Sirley dos Santos. O primeiro livro da série é “Testemunhos de mim: professora”, de Mônica Sydow, escrito em forma de diário e que relata os conflitos e desafios enfrentados pelos professores nas escolas.

Orfandade e Viuvez

O livro de Noide Vieira da Costa retrata os desmandos sofridos pelos ex-proprietários de terra no Município de Formosa-GO, na década de 70, quando o regime militar resolveu desapropriar uma grande extensão territorial alegando a necessidade de se criar uma área de segurança nacional. A tomada da terra foi um processo truculento e arbitrário, gerando uma grande legião de órfãos e viúvas, porque há trinta anos os homens levavam ao pé da letra a história que chorar era coisa de mulher, então os mesmos reprimiam a dor, deixando-a corroer o coração até a morte.



Fundamentos de Sociologia: Professores da rede pública lançam livro didático

Os professores de Sociologia da rede pública Francisco Manoel de Queiroz e Marcos Barbosa Gonçalves, insatisfeitos com a precariedade dos livros didáticos de Sociologia disponíveis no mercado, decidiram arregaçar as mangas e elaborar uma obra acessível aos alunos do Ensino Médio. Com uma linguagem direta exemplificada com a realidade cotidiana, denso em exercícios, utilizando fartamente os conteúdos básicos da disciplinã sem cair na tentação do tecnicismo, o livro “Fundamentos de Sociologia” é uma excelente alternativa às publicações disponíveis no mercado, que muitas vezes pecam pelo reduzido conteúdo, linguagem rebuscada e excesso de gravuras e por serem inadequadas às diretrizes exigidas para a disciplina. Para conhecer e adquirir o trabalho dos professores basta entrar em contato com eles pelos telefones 3347-6882 e 9607-4972 (Francisco) e 3386-0145 e 8127-7814 (Marcos) ou pelos e-mails Francisco.manoel@zipmail.com.br ou br060@hotmail.com



Escutei no Silêncio Dilma Alves da Costa

O romance aborda as mudanças sócio-psicológicas pelas quais passaram alguns dos personagens, jovens, à época do golpe militar que feriu a história do Brasil, ao verem suas vidas, seus valores e suas famílias atingidas pelo horror da ditadura.

Valendo-se de sua experiência clínica, a psicóloga e autora revela de que modo os medos, a raiva, as inseguranças, os conflitos, as culpas, podem levar a mente humana para o nada, fazendo perder total e quase sempre irreversivelmente, o contacto com a realidade. Por outro lado, através de um pensamento forte, da tomada de consciência, da busca da verdade, do aprender a escutar no silêncio, chega-se a vitória e a certeza de que por maior que seja o sofrimento, e longo o caminho percorrido, sempre existirá uma saída.

PROFESSORES EPIDÊMICOS

Acreditem que nós trabalhadores
Com quarenta ou sessenta de jornada,
Enfrentamos diversos dissabores
E o salário do mês é quase nada!

É mentira o que disse um camarada,
Que o salário dos nossos professores
É “TÃO GRANDE” e que nossa menina
Não aprende por “MAUS EDUCADORES!”

Se eles querem falar de qualidade
Implementem medidas de verdade,
Ao invés de discursos tão polêmicos...

Eles pensam que a classe é tão otária,
Que ainda vai à TV a secretária
Pra dizer que nós somos epidêmicos!

Orlando Leandro 11/03/07